

COMUNICADO

PORTO, 23 de abril de 2024



Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde

A Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I. P. (DE-SNS), iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2023, com o objetivo fundamental de modernizar a gestão do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com as melhores práticas defendidas internacionalmente.

A integração clínica, a constituição de uma efetiva rede de instituições do SNS que funcionasse de forma articulada e em complementaridade, o financiamento *per capita* ajustado ao risco, complementado com verbas que custeiem os fluxos de doentes entre unidades locais de saúde (ULS), a formação e investigação, a inovação e diferenciação, a disponibilidade do serviço de urgência, os medicamentos hospitalares mais dispendiosos, entre outras dimensões, adequando o modelo e tornando-o justo, nomeadamente para as ULS com cariz universitário, foram algumas das dimensões implementadas mais importantes. Na perspetiva de garantir a sustentabilidade do SNS, foi iniciada a criação de programas de saúde baseados em valor, centrando o SNS nos resultados para o utente, nos cuidados de saúde primários e na proximidade, finalmente priorizando de forma efetiva a prevenção da doença e a promoção da saúde.

Foi nossa preocupação a simplificação da gestão do SNS, através do aumento da autonomia das instituições face a outros níveis de decisão (por vezes chamada de verticalização, mas cujo alcance é a diminuição dos patamares de decisão, aumentando a rapidez nas respostas e aproximando a decisão do local de prestação de cuidados), e da redução para menos de metade das instituições (mais de 100 para menos de 50) e dos respetivos lugares de administração.

A defesa dos recursos humanos numa visão de motivação e reconhecimento pelo excelente trabalho efetuado, o investimento na modernização das estruturas e equipamentos do SNS, foram das vertentes mais relevantes e cujo trabalho ainda tem um percurso a ser feito.

Nestes 15 meses, apesar dos condicionalismos externos, foi realizada a maior reforma, em termos organizacionais, nos 45 anos de existência do SNS. As reformas em qualquer área são difíceis, mas na saúde particularmente complexas e exigentes. No entanto, foi possível concretizar alterações legislativas, introduzir novos modelos económicos, planear estratégias e organizar processos, envolver as equipas das várias instituições, instituir mecanismos externos para monitorizar e avaliar a reforma e, realmente, mudar o SNS.

Trabalhamos sempre de forma articulada com as outras instituições do Ministério da Saúde, numa lógica de parceria e alinhamento das funções e competências, sem conflitos, sobreposições ou dificuldades.

Paralelamente implementou-se uma agenda de desburocratização, desde a autodeclaração de doença, os certificados de incapacidade temporária nos serviços privados e sociais e nos serviços de urgência dos hospitais públicos, a renovação das receitas de medicamentos para doenças crónicas disponível nas farmácias comunitárias, o alargamento do período de validade das receitas e MCDT para doze meses, os projetos-piloto dos Centros de Avaliação Médica e Psicológica para a emissão dos atestados médicos para as cartas de condução e outras finalidades, a vacinação nas farmácias comunitárias, o acesso dos médicos das juntas da segurança social ao processo clínico eletrónico, ou uma nova visão sobre os rastreios de base populacional. Estas medidas, algumas das quais eram reivindicadas há décadas, possuem uma característica comum: simplificação administrativa, facilitação da vida dos utentes, desburocratização do trabalho dos profissionais de saúde, e melhoria da satisfação na utilização dos serviços.

A DE-SNS é um órgão técnico, um instituto público do Estado, que tem de estar acima de questões políticas ou agendas partidárias, e que executa políticas públicas determinadas pelo Governo.

Na primeira, e única reunião tida com a Tutela, foi transmitido pela DE-SNS a abertura para a continuidade de funções, no sentido de ser terminada a reforma em curso, mas, naturalmente, estávamos ao dispor da nova equipa governativa, se ela entendesse mudar as políticas e os rostos do sistema. Clarificamos que não pretendíamos indemnizações legais. Cada elemento da equipa tem uma vida profissional anterior, quatro de nós no SNS, um no Ministério das Finanças e outro em atividade privada, e que não pretendíamos onerar em qualquer circunstância o bem público.

É nesse sentido, respeitando o princípio da lealdade institucional, que irei apresentar à Senhora Ministra da Saúde, em conjunto com a equipa que dirijo, o pedido de demissão do cargo de

Diretor-Executivo do Serviço Nacional de Saúde. Esta difícil decisão permitirá que a nova Tutela possa executar as políticas e as medidas que considere necessárias, com a celeridade exigida, evitando que a atual DE-SNS possa ser considerada um obstáculo à sua concretização.

Solicitaremos que a data de produção de efeitos da demissão seja o dia seguinte a apresentarmos o relatório da atividade exigido pela Tutela, do qual tivemos conhecimento por email, na mesma altura que foi divulgado na comunicação social. Não nos furtamos a apresentar o documento solicitado, que já começamos a elaborar, até porque pensamos que se trata não apenas de uma responsabilidade, como de um dever, expor os resultados do trabalho efetuado, para que possa ser escrutinado, algo salutar na vida pública.

Sáímos com a noção de que não fizemos tudo o que tinha sido planeado e que cometemos seguramente erros, mas o tempo foi sempre curto para executar uma reforma desta dimensão. No entanto, os primeiros sinais são bastante positivos e mais favoráveis do que as previsões que tinham sido inicialmente inscritas nos instrumentos de planeamento.

Exerci estas funções com imensa honra e um sentimento de dever público, e irei agora, de forma tranquila, voltar à atividade assistencial, de docente e de investigação, como médico do SNS e professor universitário.

Gostaria de agradecer aos profissionais a disponibilidade e empenho que sempre demonstraram, e em particular aos membros do conselho de gestão da DE-SNS que me acompanharam neste desafio e acreditaram que era possível.

Uma palavra pessoal de reconhecimento ao XXIII Governo de Portugal por nos ter confiado esta nobre missão, e ao Senhor Presidente da República, por todo o apoio manifestado desde o primeiro dia, de forma pessoal e pública, que guardarei com enorme honra e respeito.

Como utente e profissional do SNS, desejo as maiores felicidades à equipa governativa e à futura DE-SNS.

No ano em que comemoramos o cinquentenário do 25 de abril, foi um privilégio ter servido o país e os portugueses.

Muito obrigado.

Porto, 23 de abril de 2024

Fernando Araújo, Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde

Para mais informações, por favor contacte:

Antonino Leite

Assessoria de Imprensa da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I. P.

965 052 550

Press Office of the Portuguese National Health Service Executive Board

DIREÇÃO EXECUTIVA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

PORTUGUESE NATIONAL HEALTH SERVICE EXECUTIVE BOARD

Porto (Sede) · Alameda Professor Hernâni Monteiro, Portaria B, 4200-319 Porto

Unidade Desconcentrada (Lisboa) · Parque de Saúde de Lisboa, Edifício 16, Av. do Brasil 53,
1700-063 Lisboa

www.sns.gov.pt

